



Interesses expostos aos olhos de todos

Influência de financiadores em pesquisa médica é alvo de um escrutínio reforçado nos Estados Unidos

Uma investigação do jornal universitário *Michigan Daily* revelou que o cardiologista Marshall Stevens Runge deixou de informar seus vínculos com uma empresa farmacêutica nas declarações de conflitos de interesse de pelo menos uma dúzia de artigos científicos de sua autoria, enquanto era reitor da Michigan Medicine, hospital e centro médico acadêmico vinculado à Universidade de Michigan (U-M), em Ann Arbor, nos Estados Unidos. Paralelamente, Runge fez parte do Conselho de Administração da indústria de medicamentos Eli Lilly entre 2013 e 2024.

O caso despertou atenção pelos valores elevados envolvidos. Segundo a reportagem, o ex-reitor recebeu da farmacêutica mais de US\$ 2 milhões entre 2018 e 2024, uma remuneração de origem externa bem superior à da maioria de seus pares em funções semelhantes. Apenas a reitora da Escola Médica da Universidade Duke, Mary Klotman, conseguiu superá-lo – o maior montante de fontes externas que ela recebeu por ano desde 2018 foi de US\$ 322 mil, ante US\$ 314 mil de Runge. Já na universidade, o salário anual dele bateu

os US\$ 2,38 milhões em 2024. Runge desempenhou até 2025 uma tripla liderança na instituição: atuava como vice-presidente executivo de assuntos médicos e reitor da Michigan Medicine e da Faculdade de Medicina.

Revistas científicas exigem que os autores declarem seus vínculos com patrocinadores a fim de que editores e revisores estejam informados sobre os interesses envolvidos na realização do estudo e o risco de influência de financiadores nos resultados – a ideia é que, se houver alguma suspeita, redobrem seus cuidados na análise dos *papers*. Trata-se, sobretudo, de um expediente para garantir transparência: a eventual existência de um conflito de interesses não significa que os resultados estejam errados ou que seus autores tenham cometido má conduta. Se for esse o caso, o trabalho não deve ser publicado.

No caso de Runge, os artigos em questão tratam, na maioria, de mecanismos bioquímicos associados à hipertensão e problemas cardiovasculares, e não é possível apontar uma relação direta entre os *papers* e medicamentos comercializados pela Eli Lilly, cujo carro-chefe atualmente é a caneta emagrecedora Mounjaro. “Quando um líder acadêmico participa de conselhos de grandes empresas, ele pode ganhar bastante dinheiro”, disse ao *Michigan Daily* o médico Eric Campbell, diretor de pesquisa do Centro Anschutz de Bioética e Humanidades da Universidade do Colorado. “Isso pode trazer vieses para a pesquisa e dar a impressão para o público e as autoridades de que essas lideranças estão negociando a reputação de suas instituições para benefício próprio.”

O caso pôde ser apurado graças ao Open Payments, um programa nacional que exige que fabricantes de remédios e dispositivos médicos dos Estados Unidos informem “valores transferidos” a médicos, enfermeiros-chefes e hospitais. O dinheiro que Runge recebeu da Lilly foi declarado pela empresa em uma categoria que abarca palestras, treinamentos e participações em eventos educacionais. O cardiologista também detinha milhares de ações da empresa, cujo total supera US\$ 17 milhões.

Desde a criação do Open Payments pelo governo norte-americano, em 2013, instituições médicas e acadêmicas reforçaram políticas de divulgação de conflitos de interesse para evitar questionamentos, mas isso não resolveu totalmente o problema. Levantamento divulgado na revista *BMJ Open* rastreou pagamentos não declarados recebidos por autores de artigos publicados em duas revistas de psiquiatria, a *American Journal of Psychiatry* e a *Journal of the American Medical Association Psychiatry*.

O resultado mostrou que ainda há lacunas: cerca de US\$ 4,5 milhões haviam sido pagos por patrocinadores privados, notadamente da indústria farmacêutica, a 27 autores médicos de 74 artigos nas duas revistas, mas 14% desses valores (US\$ 645.135) não foram declarados pelos pesquisadores aos periódicos. O estudo também identificou um grupo de 10 autores altamente

remunerados que conduziram 12 ensaios clínicos de medicamentos para depressão, ansiedade, transtorno do espectro autista. Eles responderam por 84,8% dos pagamentos não divulgados a uma das revistas e por 99,6% no caso da outra.

Numa iniciativa complementar à da Open Payments, os Institutos Nacionais de Saúde (NIH), principal agência de pesquisa médica e biomédica do governo dos Estados Unidos, prometem criar um banco de dados para rastrear pagamentos da indústria da saúde a cientistas que possam representar conflitos de interesse. O novo sistema foi mencionado em um relatório divulgado pela comissão Make America Healthy Again (Maha), instituída pelo governo Donald Trump. A reação da comunidade científica à proposta foi mista. Enquanto alguns viram mérito na ideia por estimular maior transparência, outros criticaram a falta de detalhes sobre o sistema no relatório. Segundo a revista *Science*, a Open Payments já documentou possíveis conflitos de interesse envolvendo os próprios membros da Comissão Maha. Ao lado do nome do comissário Martin Makary, da agência reguladora de medicamentos e alimentos, a FDA, aparecem mais de US\$ 100 mil pagos por uma empresa farmacêutica da área oftalmológica de cujo conselho administrativo ele fazia parte.

A transparência de eventuais conflitos de interesse ganhou destaque na agenda do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que atualizou em setembro de 2025 sua política sobre o tema. O documento começa por definir o que seria um conflito típico: “Qualquer situação em que recompensas financeiras ou pessoais tenham o potencial de comprometer o julgamento profissional e a objetividade de um pesquisador no planejamento, condução ou divulgação de pesquisas”. O pano de fundo que teria suscitado a elaboração desse documento foi a renúncia do ativista digital Joichi Ito ao cargo de diretor do Centro de Pesquisa Interdisciplinar Media Lab, do MIT, após a revelação de que mantinha vínculos financeiros com o investidor Jeffrey Epstein. Em 2019, Epstein se suicidou na prisão onde estava detido por acusações de tráfico sexual. Embora os pesquisadores do MIT estivessem proibidos de receber doações do investidor, Ito seguiu pedindo recursos a ele, além de consultá-lo sobre a destinação do dinheiro.

De acordo com uma reportagem publicada no jornal *The New York Times* em fevereiro, Epstein doou ou ofereceu dinheiro a pesquisadores de várias instituições norte-americanas além do MIT, incluindo Harvard, Stanford, Columbia e Bard College. Seus motivos para se conectar com professores e reitores nem sempre eram claros. Um professor de Harvard que se beneficiou da “generosidade” de Epstein observou que o financista gostava de “coleccionar cientistas”. Muitos acreditam que ele buscava simular boa reputação ao se associar à respeitabilidade do meio acadêmico. ● MÔNICA MANIR

Academia Chinesa de Ciências deixa de financiar taxas elevadas de publicação em revistas de acesso aberto

A Academia Chinesa de Ciências (CAS) informou aos 50 mil pesquisadores de seus mais de 100 institutos que não vai mais financiar taxas de publicação de artigos consideradas elevadas, como as cobradas por dezenas de periódicos de prestígio, a exemplo de *Nature Communications*, *Science Advances* e *Cell Reports*. A decisão foi anunciada em fevereiro na plataforma chinesa de mídia social Little Red Book. As razões para a restrição não foram explicitadas, mas a racionalização de gastos com publicações é certamente um dos objetivos – a China se tornou líder mundial na produção científica, com mais de 878 mil *papers* publicados em 2024.

Segundo mensagens enviadas pela CAS aos pesquisadores, o veto atinge uma lista de periódicos que cobram mais de US\$ 5 mil para publicar um artigo. Já os chamados *mega-journals*, revistas científicas que publicam um grande número de artigos em acesso aberto na internet e abrangem um largo espectro de disciplinas, estariam fora da restrição – os principais títulos dessa categoria, *PLOS ONE* e *Scientific Reports*, cobram entre US\$ 1,9 mil e US\$ 2,5 mil por artigo. O veto deve se estender a outros órgãos de financiamento do governo, como o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Fundação Nacional de Ciências Naturais da China. Os cientistas só poderiam publicar nos títulos mais caros se conseguissem fontes alternativas de financiamento.

A restrição pode ajudar a impulsionar a indústria editorial chinesa. Há sete anos, o governo lançou um plano para fomentar 400 revistas de classe mundial sediadas na China, como alternativas acessíveis aos periódicos de países ocidentais. Em 2023, havia cerca de 180

revistas chinesas de acesso aberto publicadas em inglês. Quase metade delas não cobrava taxas de publicação, segundo um relatório das empresas Osmanthus Consulting e Clarke & Esposito, mencionado pela revista *Science*.

A nova diretriz da CAS promete afetar a lucratividade de alguns periódicos de acesso aberto. No caso de *Nature Communications* e *Science Advances*, por exemplo, cerca de 10% dos artigos publicados em 2025 tinham algum autor afiliado à academia chinesa e 40% eram assinados por ao menos um pesquisador vinculado a instituições do país asiático, segundo informações da base de dados bibliométrica Web of Science. A cientista da informação Lin Zhang, da Universidade de Wuhan, disse à *Science* que o movimento da CAS revela uma “tensão estrutural” na comunicação científica de caráter global. “Sistemas de pesquisa em todo o mundo buscam equilibrar as ambições de acesso aberto com a sustentabilidade financeira a longo prazo e a gestão responsável dos recursos públicos”, afirmou.

Artigo de linguista jordaniano sobre som da letra “h” é retratado após denúncia de erros bizarros

Um estudo publicado em janeiro na revista *Humanities and Social Sciences Communications*, da editora Springer Nature, foi retratado, ou seja, considerado inválido, depois que leitores e especialistas foram às redes sociais apontar erros bizarros em seu conteúdo – o *paper* afirmava, por exemplo, que os antigos gregos proibiam o uso da grafia H₂O para se referir à água, desconsiderando que a fórmula química só foi descoberta no século XVIII. Intitulado “Uma investigação translinguística do simbolismo de /h/: O caso do H₂O”, o artigo se propunha a explorar a aquisição da ortografia e do

som da letra h e a sua eliminação em diferentes línguas “modernas ou primitivas”.

O autor, o jordaniano Rasheed Al-Jarah, da Universidade de Yarmouk, em Irbid, não concordou com a retratação. Ele disse à revista *Times Higher Education* que o artigo passara por duas revisões sem que houvesse nenhum apontamento de dúvidas teóricas. A governança da revista científica também foi alvo de críticas – o periódico publica um grande volume de artigos (quase 2 mil no ano passado) e diz contar com um número enorme de especialistas (2.750) em seu conselho editorial para dar conta da tarefa. Gino D’Oca, editor-chefe do título, reconheceu que, “embora o artigo tenha sido revisado por dois acadêmicos, as revisões e o tratamento editorial foram insuficientes”. Segundo ele, o membro do conselho editorial que analisou o artigo foi dispensado. Uma avaliação mais ampla dos processos da revista foi deflagrada para verificar se o incidente foi ou não um caso isolado.

CONTEÚDO EXTRA

Conhece a nossa newsletter de integridade científica?



Acesse o QR Code para assinar nossas newsletters

